

# Yo soy... tu és: memoria e identidade nacional

Carlos Roberto da Rosa Rangel\*

## 1. Introdução

QUANDO TRANSITAMOS PELA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI, notoriamente entre as cidades Santana do Livramento e Rivera, percebemos um hibridismo de línguas, hábitos, moedas e lugares, como se o caráter nacional das duas populações fosse uma referência distante, da mesma forma que são distantes os centros políticos de Brasília e Montevidéu.

Além da permeabilidade apontada anteriormente, a razão de focalizarmos o nosso estudo no espaço urbano de Santana do Livramento e Rivera é a extrema proximidade dessas duas cidades e a história de mútua convivência que construíram. Em nenhum outro lugar, ao longo da fronteira Brasil/Uruguai, os condicionantes de um espaço fronteiro são tão intensos, o que nos permite uma observação mais aguçada sobre as condições e as contradições que caracterizam uma identidade própria daqueles que vivem *nas franjas* do território nacional.

Quanto à utilização dos depoimentos de atores sociais daquele espaço regional, é importante destacar que se trata de um recurso valioso, por revelar um passado que não encontramos nas palavras escritas, mas está guardado no silêncio e nas reminiscências divergentes ou concordantes com as grandes explicações dos acontecimentos nacionais<sup>1</sup>.

---

\* Professor da UNIFRA.

<sup>1</sup> Montenegro (1992, p. 20) afirma que "o resgate da memória coletiva e individual se projeta como uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos."

A nossa investigação se propõe a buscar nos depoimentos pessoais as representações coletivas que, articuladas com a realidade social, conferem a esse espaço uma identidade local sensível às iniciativas centralizadoras dos Estados Nacionais. Em pauta estarão as relações de poder entre o centro das decisões e a periferia, o esforço do governo brasileiro em perseguir a unidade nacional – por meio da adesão popular a uma única identidade – e as múltiplas formas de resistência e adaptação das comunidades fronteiriças.

## 2. A fronteira Brasil-Uruguaí como unidade regional

A região de fronteira Brasil-Uruguaí é resultado de um processo histórico singular, que dá aos seus habitantes um passado rico em experiências identitárias: desde o fim do século XIX, a região de fronteira Brasil-Uruguaí foi o ambiente onde proliferaram as manifestações das oposições sul-rio-grandense e uruguaia. Através da linha divisória passaram homens, cavalos, armas e munições, quer nos ataques dos federalistas ao governo de Júlio de Castilhos (1893-1895), quer dos *blancos* contra o governo *colorado* de José Batlle y Ordoñez –1903-1904 (Reckziegel, 1999). O vai-e-vém através da linha divisória, os constantes conflitos armados, a relativa autonomia em relação ao governo nacional, a atividade econômica em torno da pecuária, a responsabilidade pela conquista e manutenção do território, assim como o forte vínculo de lealdade pessoal das classes subalternas para com a classe senhorial, reforçaram o caráter militar dessa comunidade e serviram para a conformação de uma sociedade patriarcal, latifundiária, pastoril e com forte acento caudilhista (Rangel, 2001).

Na dimensão econômica, destacamos a sensibilidade frente às políticas monetárias e tributárias nacionais, uma vez que “a fronteira vive dessa diferença de nacionalidade e, dela, das diferenças de normas e moedas” (Schäffer, 1993, p. 86). Como avesso dessa característica segue-se outra: a relativa autonomia dos indivíduos diante das normas econômicas nacionais. Referimo-nos à prática do contrabando, que se torna tão mais intensa quanto mais graves se tornam as diferenças monetárias e fiscais entre os países limítrofes. Desta forma, “comércio e contrabando são, pois, as faces de uma mesma atividade, a troca de

bens e mercadorias, que atendem às necessidades da região” (Souza, 1996, p. 126).

Ainda correlata às duas características anteriores, temos de destacar a constante busca de complementaridade comercial existente entre as cidades-geminadas. Susana B. de Souza aponta que “a fronteira brasileira e a fronteira uruguaia tinham seus pontos de soldagem sob a forma dessas cidades-geminadas que são bicéfalas a nível administrativo, mas perfeitamente complementares a nível econômico” (Souza, 1994, p. 83).

Não poderíamos desprezar, na caracterização econômica da fronteira Brasil-Uruguai, o predomínio da atividade pastoril ligada à pecuária. Rogério Costa chega a considerar o latifúndio e a atividade da pecuária existentes na Campanha – e dentro dela na região que estamos definindo – como elementos decisivos na formação da identidade regional sul-rio-grandense (Costa, 1988, p. 36).

Os fatores de distinção econômica da região de fronteira Brasil-Uruguai, apontados anteriormente, ainda hoje prestam-se para compreendermos a especificidade do nosso objeto de investigação. O mesmo não pode ser dito sobre os fatores políticos, que se alteram sensivelmente de acordo com as mudanças conjunturais. Tomando por referência o contexto das décadas de 1920 e 1930, é possível isolar algumas características políticas capazes de balizar as transformações ocorridas naquela região, em virtude das medidas centralizadoras promovidas pelo governo federal brasileiro.

Como primeiro aspecto apontamos a forte atividade *conspiratória* promovida por exilados políticos contra os governos que os expulsaram de seus países. A presença de elementos *subversivos* (que ameaçavam os governos nacionais) na fronteira Brasil-Uruguai era realidade amplamente conhecida nas revoltas dos anos 1920, quando ali se instalaram *federalistas* e *tenentes* como forma de estarem ao abrigo da ação institucional do Estado, sem se afastar demasiadamente do Brasil. João Luso relata um episódio revelador dessa permeabilidade existente entre as cidades de Rivera e Livramento:

“Em Rivera reside e trabalha um grupo de revolucionários de 1924, mantendo uma indústria que tem do lado de cá a sua principal clientela. À tarde ou à noite os brasileiros

proscritos vêm até a divisa, onde falam com os compatriotas, trocando sobre a linha limítrofe, cordiais e fraternais apertos de mão. E a propósito dessa amizade e desse carinho, alguém me disse, no tom mais natural do mundo: – Realmente eles não podem retornar do exílio... Que importa, porém, se todos nós aqui os anistiamos?” (Luso, 1943, p. 11).

Com a Revolta Constitucionalista de 1932, a maior parte da elite política sul-rio-grandense unida em frente Única (FUG) e alguns integrantes dos partidos Republicano e Democrático paulista instalaram-se nas cidades fronteiriças de Rivera e Passo de Los Libres, ou nas capitais do Uruguai e da Argentina. Algum tempo depois, com o golpe de estado promovido por Gabriel Terra (março de 1933), o Rio Grande do Sul tornou-se o abrigo para elementos do extinto Comitê Nacional de Administração e demais opositores uruguaios.

Não eram apenas os exilados os focos de resistência ao situacionismo regional e nacional. A região de fronteira caracterizou-se por sua ambivalência, ao reunir a mais expressiva oposição partidária, através dos partidos Federalista e Libertador, ao mesmo tempo em que detinha verdadeiros redutos situacionistas estabelecidos em importantes cidades como Livramento, Uruguaiana e São Borja. Essa ambivalência, associada à presença dos exilados políticos, criava um ambiente potencialmente explosivo e disso advinha uma importante característica social/cultural, ou seja, a freqüente estigmatização daquela região como um lugar violento e afastado das normas básicas de convivência democrática. Benjamin Cabello, importante líder político da FUG, exilado em Rivera após o fracasso de 1932, descreveu o ambiente onde esteve residindo por quase dois anos como um lugar licencioso e violento, onde prosperavam cabarés e casas de jogos, atraindo “todos os cidadãos caídos em desgraça, em seus respectivos países, tanto políticos como aventureiros de toda a espécie. (...) As autoridades aproveitavam esses bandidos para práticas criminosas, como mercenários nos corpos provisórios destinados a combater os movimentos revolucionários, nos serviços do contrabando, na polícia municipal ou como votantes em cidades vizinhas, ou nos jogos de azar” (Correio do Povo, 10-3-1938, p. 3).

As atividades do contrabando, os freqüentes confrontos armados entre diferentes facções políticas/partidárias, a presença de exilados

políticos e suas atividades conspiratórias, assim como a atuação violenta de chefes políticos locais que associavam a sua relativa autonomia aos interesses partidários e estaduais preponderantes (Félix, 1987), constituíam um conjunto articulado de características que serviam para denominar a região de fronteira como o lugar da barbárie, impermeável à racionalidade normativa e administrativa do Estado.

Percebe-se, do que foi exposto até o momento, que os fatores de ordem econômica, política e social articulavam-se atribuindo uma fisionomia particular para a região de fronteira. Durante a década de 1930, essa diferenciação tornou-se mais aguda devido aos conflitos políticos ali estabelecidos e à maneira particular de seus habitantes adaptarem-se às diferentes legislações e políticas nacionais, justamente no momento em que ocorria o aprofundamento do intervencionismo estatal, evidenciado por meio da “burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, tendo como pólo impulsionador o governo federal” (Fonseca, 1989, p. 189).

### 3. Memória e identidade nas reminiscências dos fronteiriços

#### 3.1 Dona Chica

A Sr.<sup>a</sup> Francisca Figueiroa Belmont, que passaremos a denominar Dona Chica, tinha 83 anos em janeiro de 1998, quando foi entrevistada por primeira vez na sua residência – Lar da Velhice Mário Motta de Livramento. Uma mulher de feições suaves, ativa, com uma educação refinada e modos contidos, falava pausadamente e demonstrava notável lucidez. Nasceu na cidade de Santiago, mas ao perder os pais vitimados pela febre espanhola, teve de mudar para a cidade de Quaraí, onde passou a viver com os avós. Casou em 1934 com o filho de uma família de fazendeiros, na cidade de Alegrete e, um ano depois, mudou-se para a cidade de Rosário do Sul, local onde seu marido comprou a granja São Felisberto.

Foi nessa cidade que a vida de D. Chica começou a mudar drasticamente. Seu marido, empolgado com o crédito oferecido pelo Banco

do Brasil, decidiu trocar a pecuária pela agricultura, financiando as máquinas necessárias ao plantio de trigo, cevada e aveia. Eram os primeiros anos da década de 1930, quando os governos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha tentavam dinamizar o setor produtivo do Rio Grande do Sul através da diversificação das culturas, assim como procuravam desenvolver uma política cooperativista junto aos pecuaristas. Para Sandra J. Pesavento, nos anos 1930 difundiu-se a idéia de que a agricultura era mais rentável do que a pecuária e Flores da Cunha concedeu empréstimos aos pecuaristas endividados para que plantassem arroz, trigo, milho, etc. ao mesmo tempo em que tentava uma renovação do setor produtivo gaúcho com a criação do Instituto Sul-rio-grandense de Carnes (1934), que serviria de base para a implantação do tão reivindicado Frigorífico Nacional (Pesavento, 1980b, p. 71-7).

Contudo, os anos de 1930-34 foram terríveis. Os preços dos produtos agrícolas desceram a valores desprezíveis e a família de D. Chica passou por grandes dificuldades. Primeiro foi a propriedade, hipotecada e liquidada pelo banco; depois o próprio sustento foi comprometido, forçando a uma mudança para a cidade de Santana do Livramento, onde morava o seu sogro e havia a possibilidade do arrendamento de terras.

Em pouco tempo, as dificuldades tornaram-se maiores que as esperanças e D. Chica sentiu-se forçada a morar na casa dos pais de seu marido e, com o fim do casamento, foi viver sozinha numa pensão. São delas as seguintes palavras: “Os gringos levam mais jeito para as granjas. Nós, os brasileiros, somos para cuidar o gado, a ovelha.” Referia-se aos colonos italianos e alemães que, nesse período, dedicavam-se às atividades agrícolas.

A história desta senhora é emblemática do período que estamos analisando. Sua maior mágoa foi não ter estudado quando criança, pois seu avô pensava que “o casamento era o único futuro para uma mulher”. D. Chica carregava o ônus da sua condição de mulher e do seu pertencimento ao extrato social não letrado, o que tornava a sua inserção no mercado de trabalho urbano mais difícil. Como uma integrante do grupo que abandonava o campo em busca de novas oportunidades, teve de enfrentar o mundo moderno das cidades e compartilhar dos sentimentos contraditórios de insegurança e esperança, saudosismo e entusiasmo em relação ao futuro, tão próprios dos indivíduos que se defrontam com um momento de intensa modernização, tal como

Marshall Berman (1988) demonstrou brilhantemente em sua obra. Durante a primeira entrevista, freqüentemente D. Chica propunha a sua vida no campo como sendo melhor do que aquela que encontrou na cidade:

“No campo, na casa de meus avós, a vida era muito boa. Eu tinha muitos gatos, andava a cavalo, sem preocupações, fui muito feliz na minha infância. Na cidade eu sabia que o banco ia executar e que a gente ia perder tudo... Foi muito difícil enfrentar tudo aquilo e eu fiquei muito doente depois de separada e sentia que me faltava mais estudo. Mau avô não deixou eu prosseguir na escola, pois achava que mulher não precisava estudar. Hoje os mais humildes sabem que o que podem deixar para os filhos é o estudo, ficam felizes por ver seus filhos estudarem”.

Para a família de D. Chica, a mecanização do campo não furtou o salário oriundo do trabalho rural, mas foi o motivo da ruína financeira do seu marido, descendente de ricos fazendeiros de Alegrete. A tentativa frustrada de trocar a atividade pastoril pela agricultura e o endividamento proveniente da aquisição dos meios de produção mecanizados puseram à prova a capacidade empresarial de um criador de gado da Campanha gaúcha que, assim como outros grandes proprietários, mantivera-se, até então, arraigado à pecuária extensiva, sem maiores preocupações com a acumulação do capital através da diversificação produtiva.

Podemos apontar como causa desse tardio sentimento empresarial dos latifundiários pecuaristas, que só nas duas primeiras décadas deste século procuraram evoluir do salgamento para a frigorificação da carne, o fato do Rio Grande do Sul não ter experimentado um período de transição da economia escravocrata para a produção à base de mão-de-obra livre, dificultando a formação de camadas intermediárias de empresários. Além disso, existia a visão senhorial de mundo, a não aplicação de recursos em tecnologia mais avançada, a condição periférica que determinava a retenção do excedente econômico pelo centro, o baixo valor de troca do artigo produzido e o mercado competitivo (Pesavento, 1980b, p. 23-31).

Importante destacar o discurso de D. Chica quando afirma: “Os gringos levam mais jeito para as granjas. Nós, os brasileiros, somos para cuidar o gado, a ovelha.” Suas palavras excluem da identidade brasileira os colonos habitantes da Serra Gaúcha, ao mesmo tempo que identifica os habitantes da Campanha – aí inserido o espaço fronteiriço – com o Brasil. Essa colocação revela, de certa maneira, o sentimento dicotômico dos habitantes da Campanha em relação aos da Serra Colonial, sentimento que coincide com o período em que o capitalismo empreendedor dos alemães e italianos tornou esta região um dos mais importantes pólos de crescimento econômico do Rio Grande do Sul. Tratou-se, na verdade, de uma ampla transformação da fisionomia econômica e política do estado, que assistiu à progressiva derrocada da porção mais ao Sul enquanto o Planalto Médio e a Serra Colonial ascendiam em importância e prestígio. Segundo Rogério Costa, entre 1890 e 1927, a economia pastoril (charque e couros) diminuiu a sua participação nas exportações do Rio Grande do Sul de 54,7% para 24,5%, enquanto a economia colonial (arroz, banha, farinha de mandioca, feijão, fumo e vinho) aumentou de 29,2% para 43,9%. Ainda segundo este autor, depois da redemocratização de 1945, a classe latifundiária da Campanha acordou completamente atordoada com a pujança política e econômica da Colônia, que conduziu à Assembléia Estadual vinte e nove deputados, enquanto a Campanha fez apenas seis (Costa, 1988, p. 57).

Após a falência da propriedade e do casamento, Dona Chica teve de reconstruir a sua vida e, para tanto, a sua presença no espaço fronteiriço tornou-se fundamental, pois foi em Rivera e não em Livramento que D. Chica conseguiu o emprego de governanta na casa da Sra. Olinda Palomaque de la Cuarse e recomeçou a sua vida afetiva e financeira, assim como procurou sua nova inserção no mundo social:

“Eu tinha muitos amigos em Rivera, era uma maravilha, havia muito contato. À noite tinha os passeios na Av. Sarandi, a gente sentava nos bares, tomava-se refrigerantes. Como eu não pude estudar, procurei me aproximar das pessoas importantes, dos *blancos* no Uruguai, sempre fui muito bem relacionada”.



Quando perguntada sobre a integração entre as pessoas das duas cidades, respondeu:

“As pessoas se encontravam nas ruas, nas festas de casamento e batizado e não tinha problema de comunicação, a linguagem era misturada, até os médicos falavam assim. Quando eu fui viver em Porto Alegre, cuidando de pessoas doentes, depois de passar algum tempo em Montevideu, as pessoas não entendiam o jeito misturado que eu falava e quando eu ia na feira era difícil lembrar os nomes das coisas”.

Para D. Chica, os relacionamentos pessoais “com pessoas importantes” do Uruguai significavam uma possibilidade de manter o mesmo *status* social que possuía quando casada com um fazendeiro. No Brasil, ainda pequena, foi-lhe negada a possibilidade de frequentar o ensino aristocrático e elitista que habilitava à ascensão ou a conservação do *status* social, através do emprego público e das profissões liberais – tal como Otaísa Romanelli (1991) destacou ao mostrar que o ensino tradicional não estava direcionado para o trabalho e sim para o exercício de cargos públicos, atividades intelectuais e políticas e mesmo quando as transformações dos anos 1930 e 1940 exigiram a formação de trabalhadores mais habilitados ao novo sistema produtivo, permaneceu existindo a mesma mentalidade aristocrática do ensino como fator de distinção social. Com a falência do marido, D. Chica passou a pertencer ao segmento social dos não proprietários

Na cidade de Rivera ela buscava encontrar o “seu lugar” no quadro social, independente do critério da nacionalidade. Não se tratava de um indivíduo brasileiro no Uruguai, mas de uma pessoa que criava e alimentava vínculos íntimos com uma população que lhe permitia maior sentimento de realização pessoal. Aqui realizamos a mesma distinção que Roberto da Matta (1988) faz entre indivíduo e pessoa. Para este autor, no Brasil, a idéia de indivíduo é quase sempre tomada num sentido negativo, como se fosse um “cidadão de segunda classe, pessoas inteiramente à mercê das regras impessoais e universais que governam a nação”, enquanto que ser pessoa implica em ter conhecidos importantes, relações que alteram os ditames racionais da norma em favor de uma rede de lealdades recíprocas.

Além disso, devemos considerar que a patronagem é uma instituição social que mediatiza as relações formalizadas de trabalho e os relacionamentos humanos. Ser patrão, ou patroa, como no caso da Sra. Olinda em relação a Dona Chica, é ser membro de uma estrutura social em que as dimensões nacional e familiar (relação espacial voltada para o local) estão em conflito, mas podem ser relativamente integradas através de justificativas e motivações que amenizam formas de vida social e perspectivas administrativas descontínuas ou contraditórias. Dessa forma, a subordinação de D. Chica à sua patroa, em outro país, não ocorria de forma apenas formal e institucional, mas implicava em vínculo pessoal que ultrapassava as dimensões territoriais dos estados nacionais e suas respectivas legislações trabalhistas.

A migração de trabalhadores de um lado para outro da linha divisória era fato bastante comum na fronteira Brasil-Uruguai. Trabalhadores vindos do interior uruguaio internavam-se em Santana do Livramento para o período de matança do frigorífico Armour, assim como era comum a presença de brasileiros em território riverense exercendo todo tipo de atividade econômica, desde o trabalho no campo até atividades comerciais (lícitas e ilícitas). Essa permeabilidade através da linha divisória sofreu forte repressão na década de 1930, devido às intensas atividades conspiratórias promovidas pelos revolucionários da Frente Única Rio-Grandense (FUG) – inimigos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha, assim como pelos adversários do governo de Gabriel Terra. Mas foi o governo brasileiro quem adotou as medidas mais severas contra a imigração, sob o pretexto de proteger a mão-de-obra nacional, como se percebe no Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que limitou a entrada de estrangeiros no Brasil e dispôs sobre a localização e amparo ao trabalhador nacional, uma vez que o desemprego estaria sendo agravado pela “entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de qualquer capacidade, mas freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social” (*Atos do Governo Provisório*, p. 103-111).

O jornal *Correio do Povo* (6-5-1938) divulgou o Decreto que proibia a entrada de estrangeiros que fossem aleijados, mutilados, inválidos ou cegos, surdos, mudos, indigentes, ciganos e congêneres, com afeição nervosa ou mental de qualquer natureza, alcoólatras, toxicômanos, doentes de doença infecto-contagiosa, menores de 18 anos e maiores

de 60 que viajam sós, sem profissão lícita ou sem capital para se manter, de conduta manifestadamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições, os já expulsos anteriormente, condenados em outro país, que se entreguem à prostituição ou a explorem ou tenham costumes manifestadamente imorais. Os estrangeiros ilegais no país deveriam procurar as autoridades em 30 dias e em 120 dias legalizar a sua situação junto às delegacias de polícia municipais, quando receberiam o selo de imigração em seus documentos. As restrições eram tantas e tão complexas eram os trâmites burocráticos para a naturalização, que o governo federal sentiu a necessidade de editar um manual de orientação aos estrangeiros, com detalhadas explicações sobre a legislação e o preenchimento dos formulários padrão.

Como consequência dessa legislação, veio a campanha de regulamentação dos *obreiros* uruguaios em Livramento, causando tal comoção popular que os chefes de governo das duas localidades tiveram de assumir um posicionamento público diante do problema. Depois de receber uma correspondência do Intendente Departamental, Dr. Antonio Carambula, com a exigência de esclarecimentos sobre o que estava ocorrendo com os uruguaios na cidade vizinha, o Prefeito de Livramento redigiu uma resposta datada de 24 de agosto de 1938, onde informava: “o governo do meu país, no afã patriótico de normalizar a vida nacional, impondo o mais exato cumprimento das leis, editou um Decreto Lei normativo da imigração e permanência de estrangeiros”. Procurava ainda esclarecer que “a Lei era dirigida à infiltração indesejável de todas as procedências, que se praticam por fronteiras abertas, por elementos que não possuem conduta nem antecedentes que lhes faça imigração aceitável”. Quanto à notícia de que a regulamentação custaria até 100 pesos ao interessado, o prefeito amenizava informando que “em nenhum caso a carência de dinheiro para cobrir tais gastos justificaria medidas draconianas contra aqueles que, não tendo dinheiro, tinham em contrapartida, credenciais que lhes permitissem a permanência no país” (*El Riverista*, 27-08-1938, p. 3).

É importante ressaltar que a clara identificação dos estrangeiros em território brasileiro, ao longo da zona de fronteira, atendia ao propósito autoritário do Estado Novo, no sentido de combater a velha tradição fronteiriça de buscar asilo no país vizinho e dali promover atividades subversivas. Identificar quem era cidadão brasileiro – passível de

ser enquadrado na ordem *policialesca* do Estado Novo – e quem era cidadão uruguaio – imune, por força diplomática, às iniciativas repressivas do Estado Nacional – era um propósito subentendido nas palavras do Prefeito de Santana quando se referia às “credenciais” e aos elementos “sem conduta e antecedentes que lhes faça imigração aceitável”. Mas as restrições não se aplicavam apenas contra a população flutuante que dependia das safras de matança e dos empregos temporários no frigorífico Armour e que, eventualmente, serviam de combatentes para *candilhos* rebeldes; pessoas de destaque também foram afetadas. O médico uruguaio, Dr. Solón Veríssimo, teve de fechar a sua clínica em Santana e só voltou a trabalhar em solo brasileiro após uma autorização especial do Inspetor de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

Entretanto, não se pense que D. Chica abdicou de sua identidade nacional. Durante os muitos anos em que viveu no Uruguai, sempre foi tida como uma brasileira, a tal ponto que na Copa de 1958, quando o Brasil conquistou o campeonato mundial, os seus amigos uruguaios foram à sua casa para cumprimentá-la, encontrando-a num inconsolável choro de alegria. Ainda que alimentasse laços emocionais com o Brasil, D. Chica carregava na experiência de vida e na linguagem a identidade das pessoas que vivem na fronteira. Entenda-se esse viver na fronteira como uma experiência dual, onde necessidades materiais e sentimentos associam-se num constante “estou aqui, mas sou de outro lugar” ou “eu sou daqui, mas venho de outro lugar”.

Outro aspecto interessante no discurso de D. Chica é a sua interpretação do contexto histórico/social daquela época. Por mais arbitrário que tenha sido o governo provisório e o Estado Novo, essa senhora tem sentimentos contraditórios em relação a Getúlio Vargas. Para ela, a revolução de 1930 teve um conteúdo pacificador:

“Getúlio libertou os maragatos dos *blancos*. Os *blancos* cometiam atrocidades contra os maragatos, obrigavam as pessoas a queimarem os lenços e comerem as cinzas, ou permanecerem por horas nos telhados de zinco quente. Aqui mesmo em Santana, existe um muro que era utilizado para fuzilamento, já teve muita degola nessa cidade. Eu adoro o Getúlio, não queria morrer sem antes conhecer o túmulo dele. Era uma época boa...”

Interessante destacar como D. Chica confunde as identidades políticas de maragatos, *colorados* e federalistas em oposição aos republicanos e *blancos*<sup>2</sup>. Confusão compreensível se lembrarmos as oscilações do apoio recíproco ocorrido entre o governo gaúcho e governo uruguaio, bem como entre rebeldes federalistas e *blancos* nas revoluções de 1895 e 1923 no Brasil e nas lutas de 1901-1904 no Uruguai, sem esquecer a maneira como a definição de seus propósitos e postulados políticos tornou-se confusa ao longo da década de 1930. Mas o essencial é que para essa senhora o período de governo de Getúlio Vargas foi de paz e prosperidade, em contraponto aos constantes sobressaltos em que vivia a comunidade fronteiriça, devido aos fatores políticos que já destacamos na caracterização regional da fronteira Brasil-Uruguai.

### 3.2 Outros depoimentos: a ascensão do Estado Nacional

O discurso que postulava o ambiente de suposta barbárie em que estava mergulhada a fronteira brasileira com os países platinos tinha lá as suas razões de ser. O contrabando, as arbitrariedades jurídicas e administrativas promovidas pelas autoridades – tuteladas pela elite política –, os constantes levantes armados e seus ensaios, a pronta disponibilidade de homens dispostos a erguer armas contra os governos ou a favor deles, a ineficácia das leis diante do aparato policial e aduaneiro corrompido, tudo isso se articulava para emprestar à fronteira o estigma de lugar violento e avesso às regras democráticas.

Na edição de 10 de março de 1934, o jornal *Correio do Povo* transcreve o depoimento de Benjamin Cabello, líder libertador, exilado em 1932 em Rivera, sobre uma suposta relação entre a chegada do frigorífico Armour (1919) e as revoltas acontecidas a partir de 1923, culminando com o fortalecimento de Chico Flores – irmão de Flores da Cunha – como o grande chefe do contrabando.

---

<sup>2</sup> No Rio Grande do Sul, nas revoltas de 1895 e 1923, consagraram-se as denominações de maragato para os integrantes do Partido Federalista e chimango para os do Partido Republicano. No Uruguai, havia a tradicional oposição entre *colorados* e *blancos* (ou nacionalistas), sendo que os primeiros tinham seu centro político na capital Montevidéu, enquanto os *blancos* dominavam o norte uruguaio (fronteira com o Rio Grande do Sul).

Para o autor da crônica jornalística, “o contrabando modernizou-se, ou melhor, racionalizou-se num único *trust*” quando Chico Flores, na condição de chefe político de Livramento, dominou completamente o comércio ilegal e a polícia responsável pela repressão ao contrabando, contando, ainda, com o pretexto dos movimentos revolucionários para agir violenta e arbitrariamente contra possíveis opositores.

Ainda que tenhamos de amenizar o conteúdo acusador das palavras proferidas por um líder político contra os inimigos que lhe fizeram amargar dois anos de exílio, resta-nos a impressão de que havia espaço para a difusão de um discurso contrário ao clã Flores da Cunha, especialmente contra seus membros mais ilustres. Getúlio Vargas percebeu isso e fez largo uso das acusações de crimes, corrupções, violências e arbitrariedades que pesavam sobre o governador Flores da Cunha e seus aliados políticos, por ocasião da imposição do Estado Novo no Rio Grande do Sul.

João Antonio Fernandes Flores da Cunha, com 75 anos em 1999, é filho de Antonio Fernandes da Cunha (Antonico Cunha, como era conhecido), chefe político de Livramento nos anos 1920 e 1930<sup>3</sup>. É um homem de grande estatura, altivo, fala com segurança e em bom tom, tem gestos largos e uma maneira franca e direta de olhar as pessoas. Não esconde a sua autoridade e demonstra ter uma memória capaz de relembrar pequenos detalhes do passado. Num encontro que tivemos no início de 2000, ele nos contou sobre as suas lembranças da infância:

“Meu pai era chefe político daqui. A família tinha muita força, o Sinhô cunha, por exemplo, comandava o 1º Corpo Provisório e meu pai comandou o 31º nas lutas de 1923. Me lembro muito bem da Revolução de 1930, nós estávamos

---

<sup>3</sup> O clã Flores da Cunha é constituído por duas principais famílias: Os Fernandes da Cunha e os Flores da Cunha. Como figuras ilustres do primeiro grupo, destacamos os irmãos Antônio (Antonico), Izidoro e Mário; do segundo grupo destacam-se os irmãos José Antônio e Francisco (Chico). Entre os Fernandes, Antonico foi chefe político local, Izidoro foi funcionário público com cargo de confiança e Mário, prefeito de Guaíba. Já os Flores tiveram papel mais destacado: José Antônio foi deputado, prefeito de Uruguaiana, interventor e governador do Rio Grande do Sul; Francisco foi prefeito de Livramento e senador da República. Todos eles estiveram à frente de importantes decisões econômicas e políticas de âmbito local e estadual, constituindo-se num poderoso clã sul-rio-grandense.

em casa e era mais ou menos 5 ou 6 horas da tarde quando alguém chegou e disse que estourou a revolução. O pai se fardou e saiu para o Regimento, daqui a pouco passou uma tropa grande de gente e a mãe nos botava a rezar e mais um pouco passou o papai com uma equipe grande de gente. (...) Naquele tempo quem botava juiz aqui era meu pai. Lembro de um juiz, o nome dele era João Pinto, um baiano, ia sempre lá em casa pelas 5 horas da tarde para conversar com o papai e tomar uns aperitivos, bebia que nem um louco. Era assim, não tinha concurso, escolhiam um advogado e colocavam de juiz. Teve um episódio que o juiz foi correndo até o papai contando que um companheiro havia matado alguém com um tiro pelas costas, estava preso e ia ser difícil absolver. Meu pai disse: mas isso não pode, ele é companheiro nosso! Daqui em diante o tiro foi pela frente!”

Contudo, a relação dos Flores da Cunha com a comunidade de Santana do Livramento não pode ser entendida como de dominação ou espoliação. Na verdade, aquela família tradicional era respeitada e, ainda hoje, é motivo de orgulho para muitos dos habitantes de Livramento. As bases dessa relação ficam um pouco mais claras com o depoimento que veremos a seguir.

A Sra. Erundina Antunes Carvalho, que tinha 86 anos quando foi entrevistada em 1998 na sua residência – Lar da Velhice Mário Motta –, era uma senhora morena, ativa e muito comunicativa. Viveu em Santana do Livramento até os 16 anos. Sua mãe era costureira e teve de mudar com uma numerosa família para a cidade depois que seu pai morreu numa doma de cavalos. O principal cliente de sua mãe era o Coronel Flores da Cunha, futuro interventor do Estado e chefe político local, que mesmo depois de transferir-se para Porto Alegre, continuava mandando suas camisas para a mãe engomar, pois, segundo ele, ninguém fazia melhor aquele serviço. Eram tão freqüentes as idas e vindas do coronel à casa da costureira que aconteceu da Sra. Erundina apaixonar-se pelo motorista de Flores da Cunha, sem a aprovação da sua mãe. Certo dia, Flores da Cunha solicitou uma conversa em particular com a costureira e explicou que seu motorista, a quem tratava de “Ruivo”, estava apaixonado pela “Tracinha” – apelido dado por ele à

moça – e por ser um rapaz direito e trabalhador merecia a aprovação do seu pedido de casamento. A mãe, depois de ouvir os argumentos do Coronel, disse que já estava preparando uma das filhas para casar e não tinha dinheiro para mais um enxoval, ao que Flores da Cunha respondeu: “mande a Tracinha até a loja escolher o que quiser, eu pago!” Foi assim que “Ruivo” e “Tracinha” casaram-se com um luxo inusitado e foram morar na capital gaúcha, onde o esposo terminou seus dias como aposentado, depois de trabalhar por décadas na livraria *O Globo*.

Percebemos, nesse relato, o movimento contínuo de duas gerações, do campo para a cidade; do interior para a capital; da família patriarcal – que tira o sustento da lida no campo – para a família sustentada pela mulher, cujas as únicas habilidades rentáveis eram as domésticas; da dedicação pessoal ao Coronel às relações trabalhistas no comércio e aos benefícios previdenciários proporcionados pelo Estado.

A maneira afetuosa com a qual o Coronel tratava o seu motorista e a filha de sua costureira diminuía a enorme diferença social entre o grande proprietário/chefe político e os representantes dos setores mais humildes da população. As relações de poder existentes entre esses diferentes estratos sociais eram atenuadas e mesmo escamoteadas por uma suposta relação pessoal balizada pela solidariedade e lealdade recíprocas. Mesmo ascendendo na hierarquia política estadual, Flores da Cunha continuou alimentando os vínculos pessoais e domésticos criados a nível local, emprestando à costureira um prestígio inusitado. Em contrapartida, a mãe da Sra. Erundina não deixou dúvidas da ascendência do Coronel sobre as suas decisões, autorizando um casamento contrário ao seu gosto. A relação paternalista concretizou-se no momento em que o Coronel bancou o enxoval, rompendo o último entrave que se opunha ao casamento por ele incentivado.

Contudo, após a implantação do Estado Novo e a ascendência de Getúlio Vargas como líder nacional, a relação próxima e pessoal entre o cidadão comum e a autoridade local perdia a sua razão de ser, uma vez que o Estado Nacional tomava para si a responsabilidade pelo bem estar social e pela condução da sociedade nacional ao desenvolvimento.

A pulverização de poder experimentada ao longo de toda a República Velha foi substituída pela concentração de autoridade nas mãos do governo federal, sem que se perdesse aquela relação paternalista existente entre a classe dirigente e os setores mais humildes. No lugar



de muitos coronéis unidos numa rede de mútua dependência aos governos estaduais e federal, surgiu a prática do “populismo”, protagonizado pelo Presidente da República, o Sr. Getúlio Vargas. Pretendia-se, por assim dizer, uma relação direta entre o governante e o povo, sem os entraves da estrutura partidária e sem a interferência direta das oligarquias regionais. Sandra J. Pesavento (1980a, p. 97) esclarece ainda que a eliminação das oligarquias rurais como grupos regionais capazes de exercer pressão sobre as decisões do governo central criou a possibilidade de uma relação corporativista entre Estado e sociedade, onde sindicatos e cooperativas encarregar-se-iam do relacionamento centro-periferia, com a finalidade de atender às reivindicações setoriais da economia.

Mas não foram apenas alterações estruturais e políticas que ocorreram. A relação da família Flores da Cunha com o poder e com a comunidade de Santana do Livramento alterou-se significativamente. A senhora Lina Leite da Cunha, 80 anos, filha de Izidoro Fernandes da Cunha e sobrinha de Antonico Cunha, relata-nos um pouco da história familiar e de como sofreram a derrocada de 1937-1938. Esta senhora permaneceu em Livramento até 1926, quando completou 6 anos de idade. Depois foi para Porto Alegre com o pai e ingressou como pensionista no colégio *Cévigne*. Ali permaneceu até 1937, quando o pai perdeu o emprego de controlador de tráfego de Porto Alegre, em virtude da queda de Flores da Cunha. Retornaram para Santana do Livramento, junto com o seu tio Mário Fernandes da Cunha. Permaneceu até 1941 em Livramento, quando retornou para Porto Alegre para trabalhar como professora, retornando à sua cidade natal em 1990.

Ela tem profundo laço afetivo com a família; criou e guarda um álbum, de aproximadamente 50 folhas, com recortes de jornais e fotocópias de fotografias dos parentes mais antigos, e tenta recriar a sua árvore genealógica fazendo anotações nas bordas e nos espaços vazios existentes entre as fotografias. Fala muito rápido e desordenadamente. Boa parte de seu relato é uma mistura do que leu nos recortes dos jornais e de suas próprias experiências de vida. É difícil saber onde termina uma coisa e começa outra... Muito simpática, de pequena estatura, olhos muito vivos e bastante vaidosa, tem uma memória extraordinariamente ativa. A sua visão do desentendimento entre os aliados Getúlio Vargas e Flores da Cunha é a seguinte:

“Em 1932 o Flores não quis se meter na revolução porque tinha posto o Getúlio lá em cima. Dizem que ele ia apoiar a revolução mas isso é mentira, todos queriam o apoio dele. Quando teve o centenário da Revolução, com aquelas comemorações lindíssimas e a grande exposição no Campo da Redenção, o Getúlio veio e se encontrou com o general, lá no Grande Hotel. Os dois sentados naquela poltrona marrom, então o Getúlio disse: ‘Eu não poderei continuar governando esse país sem implantar um governo forte e estou contando contigo’. Ao que Flores respondeu: ‘Não conte comigo e sim com a minha mais completa oposição!’ [A lembrança que ela tem dessa passagem é fruto da leitura que fez de um recorte de jornal, onde consta o depoimento do Flores da Cunha sobre esse diálogo com Getúlio.] Muitos ouviram essa conversa porque o Flores já estava desconfiado com o Getúlio e queria *testigos* em torno deles, enquanto conversavam. Dali para frente ficaram de mal. Dá para ver as fotografias que os jornais tiravam... os dois juntos, mas cada um olhando para um lado e de costas para o outro...”

Para a Sra. Lina, a ruptura política entre o governo federal e o Estado do Rio Grande do Sul teve um caráter pessoal, quase familiar. Trata-se do desentendimento entre dois amigos que, por força da ambição de um deles (Getúlio Vargas) e da integridade democrática do outro (Flores da Cunha), acabou criando um conflito entre duas esferas de poder. Sabe-se que em 1935 deu-se o início do afastamento definitivo entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, que culminou no golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo, quando Getúlio e seus aliados no Rio Grande do Sul promoveram uma intensa campanha para desmoralizar o governo florista, imputando-lhe a responsabilidade por corrupções, crimes e desmandos políticos e administrativos, tal como afirmou o advogado do ex-governador, Poty Medeiros:

“Tinha-se a impressão de que despontara uma era alvissareira para a Pátria, fechando-se o ciclo das administrações sedizentes, ominosas ao interesse público, a última das quais, a de Flores da Cunha, se procurava mostrar jungida ao

pelourinho de pretensa execração popular... Foi, numa palavra, a fase das queixas e das denúncias. (...) Segundo se propalava, tudo estava errado, tudo se fizera mal” (Medeiros, 1980. p. 163-4).

Para Dona Lina, a queda de Flores da Cunha não foi apenas um fato político isolado, mas um momento decisivo de sua vida e da vida de sua família. A perda do status político foi seguida pelos efeitos da perseguição e da repressão, assim como pelas dificuldades financeiras:

“O general, assim como Napoleão, não dava muita bola para o nepotismo... empregava os primos, que eram gente de confiança, no governo. O tio Mário era Prefeito de Guaíba. Meu pai era chefe do tráfego de Porto Alegre. Naquela época isso [o nepotismo] era comum. Os rapazes que vinham do interior para estudar em Porto Alegre, o pai arranjava para eles emprego de pauzinhos [controladores de tráfego]. Na rua da praia, tinha rapazes lindíssimos como pauzinhos. Lembro que eles também doavam sangue nos laboratórios para conseguir mais um dinheirinho. Quando era para uma faculdade importante, para fazer medicina, não ficava bem sair nas ruas de pauzinhos, então o papai colocava eles na folha de serviço, hoje isso não pode, mas naquela época, era bem comum.

Quando o Flores da Cunha caiu, o tio Mário era prefeito de Guaíba, mas não quis pedir demissão, simplesmente abandonou a prefeitura e veio numa marcha a cavalo para Livramento. Já o meu pai quis assinar uma carta de demissão antes que tirassem ele de lá. Ele não devia ter feito isso. Por que assim não teve nenhum direito à aposentadoria, que veio depois para aqueles que foram perseguidos pelo Getúlio. O Papai nunca recebeu nada, mas teve gente que não assinou a demissão e foi indenizada...”

A violência da polícia política estado-novista não poupou os Flores da Cunha, um dos quais – Francisco Flores da Cunha – chegou a ser exposto com roupas de presidiário à opinião pública, devido ao seu

suposto envolvimento com o assassinato de Waldemar Ripoll (ver Rangel, 2001). Após a fuga do ex-governador para o Uruguai, os remanescentes do clã tiveram de valer-se da antiga tradição fronteiriça e buscaram asilo político na cidade uruguaia vizinha a Santana do Livramento, conforme relata a Sra. Lina:

“Vieram todos para Rivera, por que se ficassem em Livramento eram presos. O tio Antonico teve de preparar tudo, era carnaval, e ficamos todos juntos em Rivera, o tio Clementino, tio Mário e mais meu pai. Depois, eles foram todos presos, O Mário Cunha, os três filhos do general – o Tônico, o Luis e o José Bonifácio – meu pai, o Camilo Alves e mais uma quantidade enorme de pessoas. Foi terrível a perseguição do Getúlio, alguns foram presos com roupas de presidiários, ficaram todos lá na casa de correção de Porto Alegre. Ficaram, primeiro, todos juntos numa sala enorme, o papai ficou tão aborrecido sem ter o que fazer, que rasgava pedaços de jornal, espalhava pelo chão e depois varria. Depois foram espremidos numa salinha apertada... foi terrível! Meu pai tinha crises de asma e só havia um banheirinho para todos! As janelas não tinham persianas e a claridade não deixava dormir. Meu pai foi preso por diversas vezes pela gente do Getúlio. Houve uma vez que ele teve uma dor de dente e precisou vir até a cidade e foi preso porque achavam que estava conspirando contra o governo”.

Bastante diferente da lembrança de D. Chica, para quem Getúlio Vargas foi o responsável pelo apaziguamento da fronteira Brasil-Uruguai, D. Lina toma a implantação do Estado Novo como um momento de violência e exceção. Uma e outra sobrepõem suas experiências pessoais aos acontecimentos históricos, dando a eles um sentido particular, conforme o sentido de pertencimento e identificação de cada uma das testemunhas.

Cabe-nos, como historiadores, trazer à superfície aquelas lembranças traumatizantes que sobreviveram à doutrinação ideológica e esperaram o momento propício para serem expressas, tal como destaca Michael Pollak:

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (Pollak, 1989, p. 5).

Ainda restaria muito a ser dito e explorado sobre o conteúdo encontrado nos depoimentos como os que apreciamos até agora. Contudo, os limites desse artigo impõem uma apreciação final e deixamos, para uma futura publicação, o detalhamento que se faz necessário.

#### 4. Considerações finais

O que a memória pode nos dizer sobre quem somos e sobre quem foram os nossos ancestrais? Os relatos escritos, difundidos e explorados pela historiografia, apenas arranham a superfície das experiências humanas passadas e, por esse motivo, proporcionam ensinamentos contraditórios e superficiais sobre o conteúdo dos acontecimentos. Pois, frequentemente, os fatos servem de linha para os historiadores tramearem o tecido histórico de uma época, com a paciência e perseverança de artesãos. Mas se aproximarmos os olhos desse tecido perceberemos que ele é repleto de pequenos vazios, interstícios entre uma trama e outra que contradizem a suposta continuidade e extensão do que vemos. Pois é precisamente essa a motivação que nos faz buscar os relatos e as histórias de vida. Queremos ouvir as palavras não ditas, ver as sombras projetadas pela memória sobre aquilo que imaginávamos sozamente conhecido, compartilhar – ainda que em segunda mão – das contradições, angústias, esperanças e projetos pessoais elaborados no redemoinho dos acontecimentos históricos.

Sabemos o quanto podem ser enganadoras as palavras ditas pela reminiscência da testemunha... O inconsciente, por mais sofisticadas que sejam as técnicas de pesquisa, ainda está inacessível ao historiador e escapa da sua objetividade de “cientista social”. Contudo, ainda resta o alento de que mesmo as fontes materiais e documentais são

enganadoras, mesmo elas possuem as temíveis sombras do que não deveria ser dito, do que não deveria ser conhecido, sem esquecer que estão sujeitas a toda sorte de equívocos no momento da interpretação. Agora já não se trata de considerar o inconsciente da testemunha que redigiu o documento ou deixou a evidência material, mas do conhecimento prévio, das experiências de vida, das leis de verdade que regem o “saber” de cada historiador.

Por que teríamos de estabelecer uma fronteira intransponível entre a palavra autorizada do cientista das coisas passadas e a palavra daquele que sentiu o momento histórico como parte inseparável de sua vida pessoal? Muito se escreveu sobre os conflitos políticos da década de 1930, assim como sobre a participação dos partidos gaúchos nos embates entre as facções regionais e o governo federal. Para além do discurso oficial das lideranças, do que foi estabelecido nas leis, do que consta na correspondência pessoal e governamental e do que foi veiculado nas páginas dos jornais, existe a compreensão idiossincrática dos acontecimentos, que tomadas em contraponto às alterações estruturais da sociedade, naquele momento histórico, são capazes de nos informar sobre os efeitos das decisões, sua efetiva implementação, as suas alterações e adaptações no transcurso do tempo e sobre a compreensão que os cidadãos tiveram de suas finalidades e motivações. Pensamos ter mostrado um pouco dessa dimensão pessoal da história sul-rio-grandense, mesmo reconhecendo o quanto foram limitadas as nossas possibilidades técnicas e o quanto ainda resta ser “tecido” para preencher alguns vazios daquele tecido histórico particular...

## Referências Bibliográficas

- ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO. Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos Editor, 1931, Vol. II.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- COSTA, Rogério H. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

- FONSECA, Pedro C. D. *Vargas e o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- LUSO, João. "Terras do Brasil". In FORTUNATO, Pimentel. *Aspectos gerais de Livramento*. Porto Alegre, Livraria Continente, 1943.
- MATTA, Roberto da. "Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável?" In: *Estudos Históricos: Identidade nacional*. Vol. 1, N. 2. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, 1988.
- MEDEIROS, Poty. "Defesa do General Flores da Cunha no Tribunal de Segurança Nacional". In: *Momentos de vida pública II*. Porto Alegre, s. ed. 1980.
- MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória*. São Paulo, Contexto, 1992
- PESAVENTO, Sandra J. *Rio Grande do Sul: economia e poder nos anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980 (a)
- \_\_\_\_\_. *República velha gaúcha: Charqueadas, frigorífico, criadores*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro/ Ed. Movimento, 1980 (b).
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Vol.2, N. 3. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1989.
- RANGEL, Carlos R. R. *Crime e Castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, UPF Editora, 2001.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza S. *A diplomacia marginal: Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo, UPF Editora. 1999.
- ROMANELLI, Otaísa de O. *História da educação no Brasil (1930-1937)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.
- SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira: a expansão de Santana do Livramento*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1993, p. 86.
- SOUZA, Susana B. de. "A fronteira do Sul: trocas e núcleos urbanos. Uma aproximação histórica". In: LEHNEN, A.C. et. al. (orgs.) *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Prefeitura Municipal de Uruguiana, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Os caminhos e os homens do contrabando". In: CASTELLO, Iara Regina et al. (orgs.) *Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

RESUMO: O presente artigo faz uma análise das diversas formas do agir e do representar social existentes na fronteira Brasil/Uruguai, especialmente entre as cidades geminadas de Santana do Livramento e Rivera, nas décadas de 1930 e 1940, por meio de alguns

depoimentos de pessoas que viveram as particularidades culturais daquele espaço regional, envoltas por um contexto histórico e geográfico específico.

PALAVRAS-CHAVE: memória; fronteira; alterações culturais.

YO SOY, TU ÉS... MEMORY AND NATIONAL IDENTITY

ABSTRACT: The main purpose of this article is to analyze several ways of behavior and social representation which are presented in the Brazil-Uruguay frontier, specially at twin town Santana do Livramento – Rivera in the period between 1930 and 1950. This work is based on the report of people who have lived in that regional space which presents a specific geographical and historic context with its cultural features.

KEYWORDS: memory; frontier; cultural changes.